

RESUMO

Este artigo analisa a corporalidade como dimensão constitutiva da práxis educativa na Educação Popular, tomando como referência a trajetória histórica do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de São Paulo (MOVA-SP). O estudo tem como objetivo compreender de que modo a corporalidade se manifesta nas práticas pedagógicas da Educação Popular e como se relaciona com as experiências sociais, culturais e históricas dos sujeitos envolvidos no processo educativo. A investigação organiza-se como um ensaio teórico de natureza crítico-interpretativa, fundamentado no Materialismo Histórico-Dialético e na Pedagogia Libertadora de Paulo Freire. O percurso metodológico baseia-se na análise documental de marcos históricos do MOVA-SP, especialmente o Decreto nº 28.302/1989, e na revisão crítica da literatura nos campos da Educação Popular, da Educação Física e dos estudos sobre corporalidade. A análise dialoga com as contribuições de Paulo Freire, Miguel Arroyo e bell hooks para compreender o corpo como território de experiência, memória e produção de saberes, superando a tradição educacional que separa corpo e mente no processo de aprendizagem. Os resultados indicam que a corporalidade constitui um tema gerador potente na Educação Popular, pois permite compreender como as experiências corporais expressam as condições materiais de existência, as marcas da exclusão social e as possibilidades de emancipação humana. Conclui-se que as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do MOVA-SP revelam a centralidade do corpo na construção de processos educativos críticos, reafirmando a alfabetização como um processo que articula leitura da palavra e leitura do mundo e contribuindo para ampliar o debate sobre corporalidade na Educação de Jovens e Adultos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular; Corporalidade; Educação de Jovens e Adultos; MOVA-SP; Paulo Freire.

ABSTRACT

This article analyzes corporeality as a constitutive dimension of educational praxis in Popular Education, taking as reference the historical trajectory of the Youth and Adult Literacy Movement of São Paulo (MOVA-SP). The study aims to understand how corporeality is manifested in the pedagogical practices of Popular Education and how it relates to the social, cultural and historical experiences of the subjects involved in the educational process. The research is organized as a critical theoretical essay grounded in Historical-Dialectical Materialism and Paulo Freire's Liberating Pedagogy. The methodological path is based on documentary analysis of historical milestones of MOVASP, especially Decree nº 28.302/1989, and on a critical review of literature in the fields of Popular Education, Physical Education and studies on corporeality. The analysis dialogues with contributions from Paulo Freire, Miguel Arroyo and bell hooks in order to understand the body as a territory of experience, memory and knowledge production, overcoming the educational tradition that separates body and mind in the learning process. The results indicate that corporeality constitutes a powerful generative theme in Popular Education, since it reveals how bodily experiences express material conditions of existence, social exclusion and possibilities of human emancipation. It concludes that the pedagogical practices developed within MOVA-SP highlight the centrality of the body in the construction of critical educational processes and reaffirm literacy as a process that articulates the reading of the word and the reading of the world.

KEYWORDS: Popular Education; Corporeality; Youth and Adult Education; MOVA-SP; Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

A Educação Popular, inspirada no legado de Paulo Freire, constitui-se historicamente como um campo de produção de saberes críticos e de reconhecimento das vivências

no processo educativo. No centro dessa práxis, a corporalidade e as práticas corporais emergem como dimensões fundamentais da formação humana, especialmente para sujeitos que tiveram seus direitos educacionais historicamente negados.

A categoria de "tema gerador" é central para esta discussão. Ela refere-se aos núcleos de sentido que emergem da realidade concreta das pessoas e que, ao serem problematizados, possibilitam uma leitura crítica do mundo. Nesse cenário, a corporalidade surge como um tema gerador potente, organizando o conhecimento a partir da cultura, da linguagem e das problemáticas vividas, transformando a ciência em uma prática de liberdade (BRANDÃO; STRECK, 2006; BOSSLE, 2020; NOGUEIRA et al., 2021).

O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de São Paulo (MOVA-SP) representa uma experiência de política pública pedagógica fundamental nesse contexto. Lançado em 1989 sob a gestão de Luiza Erundina e a secretaria de Paulo Freire, o programa institucionalizou o enfrentamento ao analfabetismo por meio da parceria entre Estado e movimentos sociais (SÃO PAULO, 1989; GADOTTI, 1996). O objetivo deste ensaio é compreender como a corporalidade se manifesta na Educação Popular ao longo da trajetória histórica do MOVA-SP, analisando suas expressões nas práticas pedagógicas e nas memórias de seus protagonistas.

No âmbito da Educação Popular, o corpo não é compreendido apenas como dimensão biológica da existência humana, mas como território de produção cultural, de experiências sociais e de construção de identidades. As práticas corporais, nesse sentido, expressam modos de viver, trabalhar, celebrar e resistir presentes nas trajetórias de vida dos sujeitos da educação popular. Ao reconhecer essas experiências como parte constitutiva do processo educativo, amplia-se a compreensão de que aprender também envolve sentir, mover-se, expressar-se e produzir sentidos coletivos sobre o mundo.

Essa compreensão aproxima-se da perspectiva freireana de educação como prática social situada, na qual os sujeitos constroem conhecimento a partir de suas experiências históricas e culturais. Nesse horizonte, a corporalidade torna-se um elemento político da

educação, pois revela marcas das desigualdades sociais, das condições de trabalho e das trajetórias de exclusão que atravessam a vida dos educandos da Educação de Jovens e Adultos. Reconhecer essas dimensões implica compreender o corpo como lugar de memória, de resistência e de produção de saberes que dialogam com os processos de alfabetização e de formação crítica.

Assim, investigar a presença da corporalidade na trajetória do MOVA-SP significa também compreender como as práticas educativas construídas nesse movimento articulam saberes populares, experiências comunitárias e processos de emancipação social. Ao analisar as práticas pedagógicas e as memórias de seus protagonistas, este ensaio busca evidenciar como o corpo e as práticas corporais se constituem como elementos estruturantes da Educação Popular, contribuindo para a construção de uma pedagogia comprometida com a dignidade humana, com a participação social e com a transformação da realidade.

BASES EPISTEMOLÓGICAS: O DIÁLOGO ENTRE FREIRE, ARROYO E HOOKS

A fundamentação teórica desta análise ancora-se no Materialismo Histórico Dialético e na Pedagogia Libertadora. A corporalidade é entendida como a dimensão encarnada da práxis educativa, onde o corpo que aprende e ensina é o mesmo que trabalha e luta (NOGUEIRA et al., 2021; NOGUEIRA et al., 2025). Miguel Arroyo, ao dialogar com Freire, denuncia a dicotomia corpo/mente que atravessa a Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde sujeitos de direitos são frequentemente tratados como "mentes incorpóreas" (ARROYO, 2017). O autor defende uma Pedagogia do Corpo, argumentando que o encontro do sujeito consigo mesmo e com sua história passa necessariamente pela dimensão corporal (ARROYO, 2017).

Complementarmente, bell hooks ensina que o processo educativo envolve as dimensões afetivas e corporais da experiência humana (HOOKS, 2013). Ela defende que educadores reconheçam sua presença física em sala de aula, assumindo a amorosidade como princípio ético e político (HOOKS, 2013). Assim, a corporalidade manifesta-se como um processo de construção crítica do saber, supe-

rando a visão do corpo como mero suporte da razão (SILVA, 2014; HOOKS, 2013).

Nessa perspectiva, compreender a corporalidade na educação implica reconhecer que o corpo é produzido nas relações sociais e históricas que constituem a vida dos sujeitos. O Materialismo Histórico-Dialético permite compreender o corpo como síntese das condições concretas de existência, marcado pelo trabalho, pelas relações de poder e pelas experiências culturais vividas ao longo da trajetória humana. Dessa forma, o corpo não é apenas objeto da educação, mas também sujeito de produção de conhecimento, pois é nele que se inscrevem as experiências, as memórias e as contradições da vida social.

No campo da Educação Popular e da EJA, essa compreensão ganha relevância ao considerar que muitos educandos são trabalhadores e trabalhadoras cujos corpos carregam marcas do trabalho, da desigualdade social e das trajetórias de exclusão escolar. Esses corpos trazem saberes construídos na vida cotidiana, nas práticas comunitárias e nas experiências culturais que atravessam suas histórias. Reconhecer tais dimensões significa deslocar a educação de uma lógica abstrata para uma pedagogia situada, que parte da realidade concreta dos sujeitos e de suas formas de existir no mundo.

Nesse sentido, a corporalidade torna-se também um espaço de leitura crítica da realidade. Ao problematizar as experiências corporais presentes nas trajetórias dos educandos, abre-se a possibilidade de compreender como os processos sociais, econômicos e culturais se materializam na vida cotidiana. Tal movimento aproxima-se da proposta freireana de leitura do mundo antes da leitura da palavra, permitindo que as experiências vividas se transformem em conteúdos pedagógicos capazes de mobilizar reflexões críticas sobre a realidade.

Assim, a articulação entre Materialismo Histórico-Dialético, Pedagogia Libertadora e os estudos sobre corporalidade permite compreender o corpo como dimensão central da formação humana. Ao reconhecer o corpo como lugar de memória, experiência e produção de saberes, a educação amplia suas possibilidades de atuação, criando condições para que os sujeitos da EJA se reconheçam como protagonistas de suas histó-

rias. Nesse horizonte, a corporalidade deixa de ser um elemento marginal no processo educativo e passa a constituir-se como eixo estruturante de práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação humana.

A partir dessa articulação teórica, torna-se possível compreender a práxis educativa como um movimento que integra ação e reflexão mediadas pela corporalidade dos sujeitos. O corpo, nesse contexto, não apenas participa do processo educativo, mas o constitui ativamente, ao expressar gestos, linguagens, silêncios e resistências que atravessam a construção do conhecimento. Assim, ensinar e aprender deixam de ser atos descolados da vida concreta e passam a ser compreendidos como experiências encarnadas, nas quais os sujeitos mobilizam suas histórias, afetos e condições materiais para produzir sentidos sobre o mundo.

Essa perspectiva também tensiona as formas tradicionais de organização do trabalho pedagógico na Educação Física e na EJA, que muitas vezes fragmentam o conhecimento e desconsideram a integralidade dos sujeitos. Ao reconhecer a corporalidade como eixo estruturante, abre-se espaço para práticas pedagógicas mais integradas, que articulam dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais. Tal movimento exige do educador uma postura crítica e sensível, capaz de escutar os corpos presentes na sala de aula e de construir, com eles, caminhos educativos que dialoguem com suas realidades e necessidades.

Por fim, assumir a corporalidade como fundamento da práxis educativa implica reafirmar o compromisso ético e político com a transformação social. Ao reconhecer o corpo como território de disputas, mas também de criação e potência, a educação pode contribuir para a construção de sujeitos mais conscientes de sua inserção no mundo e de sua capacidade de transformá-lo. Nesse horizonte, a Educação Física, em diálogo com a Educação Popular, fortalece-se como campo de resistência e de produção de alternativas, comprometido com a emancipação dos sujeitos e com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

CORPORALIDADE E PRÁTICAS CORPORAIS: CONCEITOS E DISTINÇÕES

No campo da Educação Física e da Educação Popular, é preciso distinguir os conceitos. A corporalidade constitui a materialidade radical do ser humano em sua forma dinâmica de expressão consciente e intencional (EHRENBERG, 2023; SILVA, 2005). Já as práticas corporais — como o jogo, a dança e o esporte — são produções culturais por meio das quais os sujeitos atribuem significados às suas experiências (VAGO, 2009).

Sob a ótica dialética, a corporalidade é a síntese das condições materiais de existência, marcas de opressão e possibilidades de emancipação (SILVA, 2014). Ela denuncia o processo de objetificação do corpo promovido pela racionalidade positivista e pela tradição médico-biológica (BAPTISTA et al., 2024; SILVA, 2014). Compreender a corporalidade como foco é condição para que a educação e a saúde se consolidem em uma dimensão ampliada de bem-viver (SILVA, 2014).

Nesse sentido, a distinção entre corporalidade e práticas corporais não é meramente terminológica, mas epistemológica e política. Enquanto a corporalidade refere-se à condição ontológica do ser humano em sua relação com o mundo, as práticas corporais constituem formas históricas e culturais através das quais essa condição se expressa socialmente. As práticas corporais são, portanto, mediações culturais que revelam modos de viver, trabalhar, celebrar e resistir nas diferentes sociedades.

Na perspectiva da Educação Popular, reconhecer essa distinção amplia as possibilidades pedagógicas de abordagem do corpo nos processos educativos. As práticas corporais deixam de ser compreendidas apenas como conteúdos técnicos ou atividades recreativas e passam a ser analisadas como expressões culturais carregadas de significados sociais. Jogos, danças, festas populares e outras manifestações corporais tornam-se, assim, espaços privilegiados de leitura do mundo e de produção de conhecimento crítico.

A abordagem dialética da corporalidade também permite compreender que o corpo é atravessado por contradições sociais. Nele se manifestam tanto os processos de exploração e controle quanto as possibilidades de resistência e emancipação. O corpo trabalhador, o corpo que envelhece, o corpo

que dança, o corpo que luta ou que celebra expressa, simultaneamente, as marcas da desigualdade social e as potências criativas da vida humana.

Nesse horizonte, as práticas corporais podem ser compreendidas como territórios pedagógicos de problematização da realidade. Ao tematizar essas práticas no contexto educativo, abre-se espaço para que educandos reflitam sobre suas próprias experiências corporais, reconhecendo nelas elementos de identidade, memória e cultura. Tal movimento aproxima-se da proposta freireana de partir da realidade concreta dos sujeitos para construir processos educativos significativos e transformadores.

Assim, compreender a corporalidade como eixo estruturante da educação implica deslocar o olhar sobre o corpo de uma perspectiva instrumental para uma perspectiva cultural, histórica e política. O corpo deixa de ser tratado como objeto de intervenção e passa a ser reconhecido como sujeito de produção de saberes. Nesse sentido, a Educação Física e a Educação Popular encontram um terreno comum de atuação, no qual as práticas corporais se tornam caminhos privilegiados para a construção de uma pedagogia comprometida com a dignidade humana e com a transformação social.

Nesse contexto, torna-se fundamental problematizar as formas pelas quais as práticas corporais são historicamente selecionadas, legitimadas ou invisibilizadas nos currículos escolares. A hegemonia de determinadas manifestações, frequentemente associadas a padrões eurocêntricos, competitivos e performáticos, revela a permanência de uma lógica excludente que desconsidera a diversidade cultural dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. Assim, tensionar o currículo implica reconhecer e valorizar práticas corporais oriundas de diferentes matrizes culturais, como as expressões afro-brasileiras, indígenas e populares, ampliando o repertório pedagógico e promovendo justiça curricular.

Ao considerar os sujeitos da EJA, essa discussão ganha ainda mais densidade, uma vez que suas trajetórias são marcadas por experiências de trabalho, migração, exclusão escolar e resistência cotidiana. As corporalidades desses sujeitos carregam saberes

construídos ao longo da vida, muitas vezes à margem dos espaços formais de educação. Nesse sentido, incorporar tais experiências nos processos educativos significa reconhecer o corpo como lugar de memória e de produção de conhecimento, reafirmando a centralidade das vivências na constituição de práticas pedagógicas mais significativas e contextualizadas.

Além disso, a valorização da corporalidade na Educação Popular contribui para a construção de processos educativos mais sensíveis às dimensões afetivas, estéticas e relacionais da existência humana. O corpo, ao expressar emoções, histórias e pertencimentos, amplia as possibilidades de diálogo e de construção coletiva do conhecimento. Essa perspectiva rompe com modelos pedagógicos centrados exclusivamente na racionalidade cognitiva, promovendo uma educação que integra pensar, sentir e agir como dimensões indissociáveis da formação humana.

Por fim, assumir a corporalidade como categoria central implica também um compromisso ético-político com a transformação das condições concretas de vida dos sujeitos. Não se trata apenas de reconhecer o corpo como espaço de expressão, mas de atuar na superação das desigualdades que o atravessam. Assim, a Educação Física, articulada à Educação Popular, pode contribuir para a construção de práticas emancipatórias que afirmem o direito ao corpo, à cultura e à dignidade, consolidando-se como campo estratégico na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A EXPERIÊNCIA DO MOVA-SP: CONTEXTO E POLÍTICA

O MOVA-SP surgiu no contexto da redemocratização brasileira e da promulgação da Constituição de 1988, que estabeleceu a educação como direito social (BRASIL, 1988). O programa representou a retomada dos princípios freireanos na política pública, interrompidos pelo golpe de 1964.

A estrutura do programa baseia-se em uma parceria inédita: a Secretaria Municipal de Educação (SME) provê financiamento e formação, enquanto movimentos sociais organizam as salas e mobilizam os educandos (GADOTTI, 1996). Pedagógicamente, o MO-

VA-SP orienta-se pela relação prática-teoria-prática, partindo da realidade concreta para o retorno transformador à prática social (GADOTTI, 1996).

A alfabetização, portanto, não é uma técnica isolada, mas um processo de constituição da cidadania e de formação humana integral (FREIRE, 2005; GADOTTI, 1996).

Essa concepção pedagógica rompe com modelos tradicionais de alfabetização que tratam o ensino da leitura e da escrita como mera transmissão de códigos linguísticos. No MOVA-SP, alfabetizar significa possibilitar aos educandos a compreensão crítica de sua realidade social e a ampliação de sua participação na vida comunitária e política. Assim, o processo educativo articula linguagem, cultura e experiência de vida, reconhecendo os saberes populares como ponto de partida para a construção do conhecimento. Outro aspecto fundamental do MOVA-SP é sua dimensão comunitária. As salas de aula não se restringem aos espaços escolares formais, sendo frequentemente organizadas em associações de bairro, centros comunitários, igrejas e outros espaços coletivos presentes nos territórios. Essa característica fortalece o vínculo entre educação e comunidade, aproximando o processo educativo das necessidades concretas dos sujeitos e ampliando a participação social nos processos de alfabetização.

Nesse contexto, os educadores e educadoras populares assumem um papel central na mediação pedagógica. Inspirados nos princípios freireanos, esses sujeitos atuam como animadores culturais e mediadores do diálogo, contribuindo para que as experiências vividas pelos educandos se transformem em conteúdos de reflexão coletiva. Mais do que transmitir conhecimentos, esses educadores participam da construção de um espaço pedagógico pautado na escuta, no respeito às trajetórias de vida e na valorização da cultura popular.

A centralidade do diálogo no MOVA-SP também revela sua dimensão política. Ao promover espaços de encontro e reflexão coletiva, o programa contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de problematizar as condições sociais que atravessam suas vidas. Dessa forma, a alfabetização se articula à construção da cidadania e ao for-

talecimento da participação democrática, ampliando as possibilidades de transformação social nos territórios onde o programa se desenvolve.

Nesse horizonte, o MOVA-SP consolida-se como uma experiência significativa de Educação Popular no Brasil, articulando políticas públicas e participação social em torno do direito à educação. Ao valorizar os saberes comunitários, as trajetórias de vida e as experiências culturais dos educandos, o programa reafirma a educação como prática de liberdade e como caminho para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

PERFIL DOS SUJEITOS E A CORPORALIDADE NO COTIDIANO

Os dados de 2025 da SME revelam que o MOVA-SP atende majoritariamente mulheres (6.651) e pessoas idosas, com forte concentração entre 50 e 69 anos. Esse perfil evidencia a permanência histórica da exclusão escolar e a "feminização" das salas de alfabetização (DI PIERRO; CATELLI JR; GIROTTO, 2019; ARROYO, 2017). Além disso, há uma expressiva presença de estudantes autodeclarados pretos e pardos (GOMES, 2019).

Os corpos desses sujeitos carregam marcas do trabalho braçal, do envelhecimento e da precarização da vida (NOGUEIRA, 2024). A corporalidade, nesse sentido, manifesta-se na resistência de quem acorda antes do amanhecer para o trabalho e busca retomar sua identidade através da alfabetização (ARROYO, 2017). O MOVA-SP torna-se, assim, um território de memória e reconstrução identitária.

Esse cenário evidencia que a alfabetização no MOVA-SP não pode ser compreendida apenas como um processo técnico de aquisição da leitura e da escrita, mas como uma prática profundamente atravessada por questões sociais, históricas e culturais. As trajetórias interrompidas desses sujeitos revelam um passado de negação de direitos, ao mesmo tempo em que expressam uma busca ativa por reconhecimento e dignidade. Nesse sentido, a alfabetização se configura como um ato político, que ultrapassa o domínio da linguagem escrita e se insere na luta pela afirmação de direitos sociais historicamente negados.

Ao considerar a predominância de mulheres, é possível também problematizar as relações de gênero que atravessam o acesso à educação. Muitas dessas educandas tiveram suas trajetórias marcadas pelo trabalho doméstico, pelo cuidado com a família e por processos de invisibilização social. A presença massiva feminina nas turmas de alfabetização revela, portanto, não apenas uma desigualdade histórica, mas também uma potente expressão de resistência e de busca por autonomia. O retorno à escola, nesse contexto, representa uma reconfiguração de seus lugares sociais e de suas possibilidades de participação no mundo.

Da mesma forma, a expressiva presença de pessoas negras aponta para a persistência do racismo estrutural como elemento organizador das desigualdades educacionais no Brasil. A exclusão escolar dessas populações não é um fenômeno isolado, mas resultado de processos históricos de marginalização que articulam raça, classe e território. Reconhecer essa realidade implica assumir uma perspectiva antirracista na Educação de Jovens e Adultos, valorizando saberes, culturas e experiências que historicamente foram silenciadas nos espaços educativos.

Nesse horizonte, o MOVA-SP se consolida não apenas como um programa de alfabetização, mas como espaço de produção de sentidos, de fortalecimento de vínculos e de reconstrução das histórias de vida. Ao acolher sujeitos cujas corporalidades expressam marcas de luta e resistência, o programa reafirma seu compromisso com uma educação humanizadora, que reconhece o corpo como território de saberes e de experiências. Assim, a alfabetização passa a ser compreendida como processo de reexistência, no qual aprender a ler e escrever é também reescrever a própria trajetória no mundo.

METODOLOGIA

A presente investigação organiza-se como um ensaio teórico de natureza crítico interpretativa, ancorado nas perspectivas da pesquisa qualitativa crítica e contra hegemônica no campo da Educação Física e da Educação Popular (NOGUEIRA et al., 2023). Diferentemente de estudos empíricos baseados em coleta de dados primários, o ensaio teórico

propõe uma reflexão analítica e argumentativa a partir da articulação entre referenciais teóricos, análise documental e revisão crítica da literatura. Nesse sentido, o percurso metodológico busca construir uma interpretação sobre a presença da corporalidade na trajetória do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de São Paulo (MOVA-SP), tomando como base documentos institucionais, produções acadêmicas e contribuições teóricas do campo da Educação Popular.

Como parte desse movimento analítico, realizou-se uma análise documental crítica de marcos históricos e normativos relacionados à constituição do MOVA-SP, com destaque para o Decreto nº 28.302/1989, que institui o programa no município de São Paulo. A análise desses documentos foi articulada a uma revisão de literatura que dialoga com autores do campo da Educação Popular, da Educação Física crítica e dos estudos sobre corporalidade, buscando compreender como as práticas pedagógicas do movimento se relacionam com a construção de uma pedagogia comprometida com a formação humana e com a emancipação social.

O desenvolvimento deste ensaio também se inspira no itinerário metodológico proposto por Paulo Freire, especialmente no que se refere ao processo de investigação temática. Nessa perspectiva, a análise parte da identificação de categorias e núcleos de sentido presentes na produção teórica e nos registros históricos do MOVA-SP, compreendidos aqui como possíveis "temas geradores" para a reflexão sobre a corporalidade na Educação Popular. Esses temas são analisados à luz de um movimento interpretativo que envolve codificação, decodificação e desvelamento crítico da realidade social, permitindo ampliar a compreensão sobre as relações entre corpo, cultura e educação.

Nesse horizonte, o círculo de cultura é compreendido não apenas como uma técnica pedagógica, mas como um princípio epistemológico que orienta a construção coletiva do conhecimento na Educação Popular. Ao valorizar o diálogo, a escuta e a problematização das experiências vividas, o círculo de cultura constitui-se como espaço político-pedagógico de produção de sentidos e de elaboração crítica da realidade. Assim, mesmo no âmbito de um ensaio teórico, essa

perspectiva orienta o olhar analítico adotado, reconhecendo a memória coletiva e as experiências corporais dos sujeitos como dimensões fundamentais para compreender a presença da corporalidade na história e nas práticas pedagógicas do MOVA-SP.

CONCLUSÃO

A reflexão teórica apresentada demonstra que a corporalidade é dimensão constitutiva da práxis na Educação Popular. Ao integrar as contribuições de Freire, Arroyo e hooks, percebe-se que o corpo não é suporte da razão, mas território de experiência, memória e produção de saber.

O MOVA-SP, como política pública de alfabetização, evidencia que o ato de aprender a ler a palavra é precedido pela leitura do mundo, que é uma leitura feita por corpos históricos e situados. A corporalidade manifestada nas salas do MOVA-SP denuncia a exclusão social, mas também anuncia a possibilidade de reinvenção da vida e garantia de direitos sociais.

Espera-se que este estudo contribua para fortalecer o debate sobre corporalidade, saúde e lazer na Educação de Jovens e Adultos, reconhecendo o movimento popular como um espaço legítimo de construção coletiva de conhecimentos e de transformação da realidade social.

Nesse sentido, compreender a corporalidade como dimensão central da Educação Popular implica reconhecer que os processos educativos não se limitam à dimensão cognitiva do aprendizado. A educação envolve também as experiências sensíveis, afetivas e culturais que atravessam a vida dos sujeitos. O corpo, portanto, torna-se lugar de expressão da história, da cultura e das relações sociais, permitindo que os educandos se reconheçam como sujeitos ativos na construção do conhecimento e na transformação de suas próprias realidades.

Ao considerar o corpo como território pedagógico, ampliam-se também as possibilidades de diálogo entre educação, saúde e bem-viver. As práticas corporais presentes nas experiências comunitárias, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais populares revelam caminhos para a construção de processos educativos mais integrados à vida cotidiana. Dessa forma, a Educação

Popular reafirma a importância de reconhecer os saberes produzidos nos territórios e nas experiências coletivas como elementos fundamentais para a construção de práticas educativas emancipatórias.

Por fim, refletir sobre a corporalidade no âmbito do MOVA-SP permite reafirmar o papel das políticas públicas comprometidas com os princípios da Educação Popular na promoção da justiça social e do direito à educação ao longo da vida. Ao valorizar os corpos, as memórias e as experiências dos sujeitos que retornam à escola, o movimento reafirma que a educação é também um processo de reconstrução da dignidade humana. Nesse horizonte, a corporalidade emerge não apenas como categoria analítica, mas como fundamento ético e político de uma pedagogia comprometida com a humanização e com a transformação social.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro et al. Corporalidade: possibilidade de um conceito a partir de uma revisão narrativa. *Revista Pensar a Prática*, v. 27, 2024.

BOSSLE, Fabiano. “Sulear”: uma perspectiva de orientação epistemológica para pesquisa qualitativa crítica na Educação Física Escolar. In: VON BOROWSKI, E. B.; MEDEIROS, T. N.; BOSSLE, F. (orgs.). *Por Uma Perspectiva Crítica na Educação Física Escolar: ensaiando possibilidades*. Curitiba: CRV, 2020. p. 17-33.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. Pesquisa participante: o saber da partilha. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (orgs.). *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Lucena. *Círculos de cultura: teoria e prática na educação popular*. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

DI PIERRO, Maria Clara; CATELLI JR, Roberto. A política paulistana de EJA: territórios e desigualdades. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 30, n. 75, p. 748774, set./dez. 2019.

EHRENBURG, Mônica Caldas. *Corporalidade: do eu ao nós e as (re) significações da Educação Física*. 2023. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GADOTTI, Moacir. *A experiência do MOVA-SP*. São Paulo: Cortez, 1996.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2019.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

NOGUEIRA, Valdilene Aline. Educação Física com a EJA: Pensando Novos Itinerários. In: VELLOSO, L. et al. (orgs.). *Educação Física e Democracia: Cartas a quem ousa esperar*. Curitiba: CRV, 2024. v. 1, p. 173-184.

NOGUEIRA, Valdilene Aline et al. A construção coletiva de princípios epistemológicos, políticos e pedagógicos da Educação Física Escolar libertadora. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, n. esp., p. 296-319, 2023.

NOGUEIRA, Valdilene Aline et al. A influência do pensamento freireano na Educação Física escolar: perspectivas contra-hegemônicas de pesquisa e ensino. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 20, n. 3, p. 142-163, 2021.

NOGUEIRA, Valdilene Aline et al. Construção de saberes, rigorosidade metódica e curiosidade epistemológica: elementos da práxis educativa na Educação de Jovens e Adultos (EJA). *Revista de Educação Popular*, Uberlân-

dia, v. 24, n. 3, p. 538–545, 2025.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 28.302, de 21 de novembro de 1989. Institui o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo – MOVASP. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1989.

SILVA, Ana Márcia. Entre o corpo e as práticas corporais. *Arquivos em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 5-20, jan./jun. 2014.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a Educação Física na escola: para uma formação cultural da infância e da juventude. *Cadernos de Formação RBCE*, p. 25-42, set. 2009.